

SEGUNDA CÂMARA – SESSÃO: 09/03/2021

GCDR-25

45 TC-005245.989.19-9

Câmara Municipal: Pedra Bela.

Exercício: 2019.

Presidente: José Luiz Leonardi.

Advogado(s): Pedro Alberto Guerra Santos (OAB/SP nº 304.043).

Procurador(es) de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Junior.

Fiscalizada por: UR-3.

Fiscalização atual: UR-3.

EMENTA

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA BELA. EXERCÍCIO 2019. FALHAS RELATIVAS AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO, AUDESP, AUTO DE VISTORIA DO BOMBEIRO E QUADRO DE PESSOAL. REGULARIDADE COM RESSALVAS.

1. RELATÓRIO

1.1. Em apreciação, as contas anuais do exercício de **2019**, da **CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA BELA**.

1.2. Após inspeção “*in loco*”, a fiscalização da Unidade Regional de Campinas – UR-03 elaborou seu relatório acostado no evento 9, cuja conclusão aponta as seguintes inconformidades:

A.3. CONTROLE INTERNO:

→ Até 02/09/2019, o responsável era servidor comissionado;

B.1.1. REPASSES RECEBIDOS E DEVOLUÇÃO:

→ Devolução de duodécimos equivale a 15,07% do valor repassado;

B.5.1. QUADRO DE PESSOAL:

→ Provimento do cargo de Diretor de Secretaria exige apenas ensino médio, e suas atribuições não se coadunam com direção, chefia e assessoramento;

B.6.1. DESPESAS COM ASSESSORIA JURÍDICA;

→ A Câmara despendeu R\$ 46.200,00 com assessoria jurídica em processos judiciais, defesas no TCE, consultorias diversas e pareceres em licitações;

D.2. DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP:

→ Discrepâncias de alguns dados informados ao sistema Audesp;

E.3. ATENDIMENTO ÀS INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCE;

→ Descumprimento de recomendações desta Corte;

E.5. AUSÊNCIA DO AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS:

→ A sede da Câmara não possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

1.3. Regularmente notificado, nos termos do artigo 30 da Lei Complementar nº 709/93 (evento 13), o Sr. **JOSÉ LUIZ LEONARDI**, apresentou suas justificativas por meio de seus procuradores, que foram inseridas no evento 26.

1.4. Após analisar os demonstrativos quanto aos aspectos técnicos de sua alçada, a **Assessoria Econômico/financeira** opinou sentido da regularidade das contas. Por sua vez, o **Ministério Público de Contas** divergiu, pugnando pela irregularidade em razão do volume de devolução de duodécimos e das inconformidades do quadro de pessoal. (eventos 36 e 41).

1.5. No mais, extrai-se da documentação acostada aos autos, que os parâmetros Constitucionais e aqueles impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram observados durante a gestão.

1.6. Análise das contas pregressas tem histórico positivo¹.

É o relatório.

¹2018 - TC-4904/989/18
2017 - TC-5859/989/16
2016 - TC-04669/026/16

Regularidade
Regularidade
Regularidade

DOE: 28/10/2020
DOE: 28/07/2020
DOE: 24/09/2019

2. VOTO

PEDRA BELA²

População estimada [2019]: 6.110 pessoas

Densidade demográfica [2010]: 36,45 hab/km²

***Trabalho e Renda:** Em 2018, o município possuía um dos menores PIBs per capita do Estado, estimado em pouco mais de R\$ 13 mil ano. Entre os 645 municípios, ocupava a posição 624, com uma renda média mensal de 1,7 salário mínimo, circunstância agravada em face da proporção de pessoas ocupadas em relação à população total, ser de apenas 15,6%.*

***Educação:** Em 2018, os alunos do ensino fundamental da rede pública da cidade tiveram nota média de 6,4 no IDEB. Para os anos finais, essa nota foi de 4,8. A taxa de escolarização (de 6 a 14 anos) foi de 95,8%, com 647 matrículas no ensino fundamental e 213 no ensino médio. Na comparação com cidades do estado, a cidade ocupa a posição 611 de 645.*

***Saúde:** A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 14.49 para 1.000 nascidos vivos, e as internações por diarreia representam de 0.2 para cada 1.000 habitantes. Possui apenas 1 estabelecimento de saúde.*

***Território e Ambiente:** Apresenta somente 45.2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, e desse total, pouco mais da metade dispõe de urbanização adequada com a presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio.*

2.1. As Contas anuais da **CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA BELA**, relativas ao exercício fiscal de **2019**, podem ser consideradas regulares porque os atos econômico/financeiros do período foram praticados em conformidade com os limites de receita e despesa fixados pela Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Orçamentária Municipal.

2.2. Além do enquadramento fiscal aos restritivos legais, verifico que as bem lançadas razões de defesa aduzidas pela origem, robustecidas pelas providências corretivas noticiadas, autorizam a remissão da maioria dos apontamentos consignados no relatório, de forma que eventuais inconformidades remanescentes não se revestem de gravidade suficiente para respaldar uma reprovação.

2.3. Antes porém de iniciar o enfrentamento das ressalvas, entendo oportuno registrar, com base nos dados censitários do IBGE, que Pedra Bela é um município de pequeno porte, com expressão econômica bastante modesta e uma das menores rendas per captas do Estado de São Paulo. Condição, aliás, ratificada pelos dados colhidos pela própria auditoria, que registra em 2019 uma receita tributária bruta estimada em cerca 15 milhões, ou seja, a fazenda pública

² Dados oficiais do IBGE – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pedra-bela/panorama>

municipal dispõe de um fluxo de caixa limitado a pouco mais de R\$ 1 milhão por mês.

Bem por isso, o orçamento da Câmara foi fixado em R\$ 636.000,00, o que implica n um limite mensal de gastos de no máximo R\$ 53.000,00 para bancar os subsídios de 9 vereadores, os proventos de 3 servidores, dos quais 2 efetivos e 1 comissionado, além das despesas com manutenção, material de expediente e serviços essenciais como energia, telefonia, internet, entre outros. Tudo, sem perder de vista a necessária provisão dos recursos humanos e materiais aptos a respaldar o pleno exercício de cada um dos mandatos populares, e assegurar o funcionamento regular e produtivo do Poder Legislativo.

Inegável, portanto, que essa conjuntura obstaculize, sobremaneira, os anseios dos gestores públicos de aperfeiçoarem a Administração dotando-a de recursos tecnológicos e assessoramento gabaritado, com vistas a garantir a adequação dos atos praticados a todas as minudências formais e jurídicas impostas pelo cipoal normativo, doutrinário e jurisprudencial que rege o Direito Público.

2.4. Demarcada essa premissa, abro a análise objetiva dos apontamentos, afastando o óbice assinalado no item **A.2. CONTROLE INTERNO**, porque a Edilidade justificou que a inadequação decorria do fato da Câmara possuir à época apenas 1 servidor, comprovando que a questão já se encontra definitivamente saneada.

Da mesma forma, no que se refere às insurgências elencadas nos itens **E.5. AUSÊNCIA DO AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS** e **E.3. ATENDIMENTO ÀS INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCE**, tendo em vista que em relação ao AVCB a responsabilidade exclusiva na adoção de providências é do Chefe do Executivo, pois a Câmara ocupa espaço cedido no prédio da prefeitura, e no que diz respeito à segunda ressalva, a Origem demonstrou haver se empenhado no cumprimento das recomendações exaradas nas decisões das contas anteriores.

2.5. Juízo correlato se aplica à falha anotada no item **B.1.1. REPASSES RECEBIDOS E DEVOLUÇÃO**, tanto porque o reajuste do valor orçamentário do ano de 2018 para 2019 tenha sido menor do que 1% (um por cento), quanto pelo fato

de que a previsão orçamentária para o exercício subsequente de 2020, sofreu decréscimo, conforme se pode verificar dos registros constantes do quadro inserido nas fls. 3 do relatório. Além disso, não há nos autos nenhum indício ou evidência, de que o montante de duodécimos originalmente fixado para o exercício em exame, tenha gerado algum desequilíbrio nas contas públicas, ou que dele decorreu qualquer tipo de prejuízo ao erário

2.6. Por sua vez, no que tange ao apontado no item **B.5.1. QUADRO DE PESSOAL**, relativo a supostas inadequações das atribuições e do requisito para provimento do cargo comissionado de Diretor de Secretaria, verifico, de plano, que o relatório da fiscalização não especifica, objetivamente, quais seriam as incumbências discrepantes, nem fundamenta em que medida não se coadunam com as funções de direção, chefia e assessoramento.

Já quanto ao requisito de nível médio para provimento do cargo, é preciso ponderar que a estrutura funcional ativa da Câmara Municipal de Pedra Bela é extremamente enxuta, composta por apenas 3 servidores, condição que não deixa muita margem de discricionariedade ao gestor. Ademais, não se pode perder de vista que o provimento dos cargos em comissão, tem como pressuposto de legitimidade o liame de fidúcia, lealdade e confiança entre a autoridade nomeante e a pessoa dotada de talento político e aptidões para desempenho das funções que lhes são confiadas.

Nessa conformidade, a exigência de formação superior não parece fazer muito sentido, porquanto o talento para a atividade política consiste em habilidade social complexa, que pressupõe facilidade na assimilação de conhecimentos específicos em diversas áreas, tais como direito, serviços social, relações públicas, ciências políticas, comunicação e jornalismo, administração, entre outras. Assim, a formação superior serviria apenas para preferenciar um único segmento desse plexo de atividades.

Assim, conquanto seja indispensável o elo de confiança e o talento político para secretariar um colegiado de vereadores, não vislumbro outra complexidade específica que demande formação superior ou intrincados conhecimentos acadêmicos, para execução das tarefas inerentes à fluidez de sessões legislativas mensais, realizadas pela Câmara de um município de 6 mil

habitantes.

2.7. Concluindo o enfrentamento das ressalvas, resta o item **B.6.1. DESPESAS COM ASSESSORIA JURÍDICA**, que questiona a contratação e os gastos com serviços de Assessoria Jurídica. Com toda a deferência, após detida análise da matéria, com o devido cotejamento das pertinentes considerações postuladas pelo insigne órgão do MPC, convenci-me de que o caso concreto reclama modulação do juízo de mérito à luz da realidade restritiva imposta pelo orçamento anual da Câmara.

Isto porque, no caso desta Corte exigir a contratação de um Procurador, se o salário ofertado não for compatível, certamente o concurso público vai restar deserto, ou o eventual aprovado só permanecerá no cargo até passar em outro processo seletivo mais vantajoso. E quando falamos em remuneração compatível de um Procurador, estamos lidando com cifras anuais que certamente irão comprometer mais do que 15% do orçamento total da Câmara, em salários, direitos sociais e outros benefícios.

Nessas circunstâncias, entendo não ser plausível compelir o administrador a adotar uma providência que, se a princípio aparenta-se saneadora, também vêm revestida de grande potencial para consumir uma ilegalidade muito mais grave, pois ao se elevar exponencialmente a despesa fixa com pessoal, o resultado certamente será a extrapolação dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade fiscal, sujeitando o gestor a responder por improbidade.

Reforça a convicção de que a matéria não merece reprimenda, o fato da Câmara haver comprovado através da documentação acostada às suas razões de defesa, que não só criou no seu organograma o emprego público de Assessor Jurídico, como também já realizou concurso público para provimento do cargo Assessor Legislativo, homologando o resultado e nomeando a candidata aprovada.

Doutro prisma, quanto ao contrato de prestação de serviços de Assessoria Jurídica, não vislumbro nenhuma irregularidade, pois foi lastreado por licitação formalmente adequada, sagrando-se vencedor o profissional que apresentou a melhor oferta, que contratou com a administração e vem

cumprindo as obrigações pactuadas com competência e responsabilidade, segundo atesta a própria origem. O preço ajustado é consentâneo com a realidade do mercado na região, e os reajustes nada tem de exorbitante, e nessa conformidade considero o óbice afastado.

2.8. Finalmente, a par do entendimento expresso nos tópicos precedentes, reputo oportuno e pedagógico para o contínuo aperfeiçoamento da gestão Legislativa da Câmara de Pedra Bela, o registro de algumas **RECOMENDAÇÕES** em relação aos seguintes pontos:

- a) Por ocasião da elaboração orçamentária anual, verifique as reais necessidades do Legislativo, evitando superestimar os repasses de duodécimos, em atendimento ao artigo 30 da Lei nº 4.320/64 c/c art. 12 da LRF;
- b) Oriente os atos de gestão respeitando o formalismo legal que reveste os lançamentos da contabilidade pública, observando à fidedignidade, a oportunidade e tempestividade, tanto na escrituração quanto na transmissão dos dados ao Sistema Audesp.
- c) Deverá a Edilidade se empenhar junto ao Chefe do Executivo, para que ele adote as providências que se fizerem necessárias à obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, já que consiste requisito essencial à segurança do ambiente legislativo;
- d) Assegure a efetividade de todas as orientações, recomendações e determinações exaradas por este Tribunal.

2.9. Posto isto, em harmonia com a manifestação da Assessoria Técnica, meu **VOTO** é pela **REGULARIDADE** das contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA BELA**, relativas ao exercício de **2019**, nos termos do inciso II, do Artigo 33, da Lei Complementar nº 709/93, com as recomendações constantes do corpo da decisão, e excepcionando eventuais atos pendentes de apreciação por esta Corte.

Em conformidade com dispositivo próprio da mesma Lei, dou **quitação** aos responsáveis e lhes determino, ou a quem lhes haja sucedido, que atentem

ao quanto recomendado no corpo do voto.

Após trânsito em julgado:

- i) Remeta-se cópia mediante ofício, à **Câmara Municipal de Pedra Nova**, para que a Edilidade tome ciência do inteiro teor da decisão.
- ii) Deverá a fiscalização certificar-se de que a origem concluiu suas medidas e atendeu as recomendações exaradas.
- iii) Ao final, adote a serventia as providências formais de praxe, procedendo às anotações e promovendo o arquivamento do feito no meio digital adequado.

É como voto.

DIMAS RAMALHO
CONSELHEIRO

ofmr25